



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXI Seminário de Iniciação Científica

CONSUMO, ENERGIA, SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS SÓCIOAMBIENTAIS¹

José Ricardo Maciel Nerling², Daniel Rubens Cenci³.

¹ Resumo produzido a partir do Projeto de iniciação científica – BOLSA PIBIC-UNIJUÍ

² Bolsista PIBIC - UNIJUÍ. Acadêmico do curso de Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

³ Docente no D.C.J.S. da UNIJUÍ. Dr. em Direito Ambiental, Coord. do grupo de pesquisa CNPq O direito ambiental no contexto da sociedade de risco: em busca da justiça ambiental e da sustentabilidade. Prof. do Mestrado em D.H., coord. da linha de pesq. Direitos Humanos, Meio Ambiente e Novos Direitos.

Introdução

O aumento da população vem acontecendo em todo o Planeta, e conseqüentemente também no Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o país alcançou, em 2012, o número de 193.946.886 de habitantes, causando preocupações também acerca da preservação ambiental, relativamente ao consumo e a exploração racional das riquezas, tornando pertinente e oportuno o debate sobre a produção e o consumo de energia, em vista das necessidades produzidas e fomentadas a cada dia, no sentido de desenvolver a economia tendo por base o aumento do consumo de produtos, entre eles a energia. Neste sentido a trabalho reflete sobre a sociedade de consumo, a demanda por energia e as políticas de estímulos as alternativas de energia, mais sustentáveis. Desenvolve, ainda, uma abordagem na perspectiva da Sustentabilidade, compreendendo a sociedade de consumo, os impactos causados pelas práticas decorrentes desta sociedade, a crescente demanda por energia para a produção de bens suficientes para a satisfação da sociedade consumista e o desenvolvimento das políticas socioambientais. A perspectiva de estabelecer condutas sustentáveis, através de mudanças profundas nesta sociedade de consumo, garantindo a efetivação do projeto que tem como eixo central o Direito Constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como estratégia para compreender e difundir a sustentabilidade local e global.

Metodologia

O caminho percorrido percorre as pesquisa bibliográfica, percorrendo caminhos conceituais e teóricos, com análise de dados empíricos, em bases secundárias através de leituras e estudos em livros, revistas e acervos virtuais. Tudo isso complementado pelas impressões e conclusões, decorrentes de debates, análises e constatações feitas e coletadas durante o período de realização da pesquisa.

Resultados e discussão

A presente pesquisa traz como elementos desta reflexão o aumento populacional, a expansão do acesso a programas sociais de inclusão, que fazem crescer ainda mais a demanda de energia e

SALÃO DO CONHECIMENTO

UNIJUÍ 2013
Ciência • Saúde • Esporte



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Seminário de Iniciação Científica

umentam a facilidade de acesso aos bens de consumo, a discussão de modelos globais que balançam a relação consumo-preservação ambiental, como o novos índices propostos pelo Butão, fundamentado na Felicidade Interna Bruta. A produção de energia através de sistemas alternativos como biodigestores, proposta que deu certo na Europa e passa a se espalhar por outros países, entre estes o Brasil, já contando com algumas usinas integradas aos sistemas convencionais de produção de energia. Alguns desafios energéticos, ambientais e sociais também são apresentados, fazendo-se um esquema da energia de forma global, ressaltando o forte direcionamento dos tratados internacionais voltados ao tema, uma vez que a luta contra o aquecimento global passa, necessariamente, pela reelaboração do modelo energético do mundo, bem como, da própria realidade brasileira nesta seara. Vale ressaltar que nosso país possui vastas reservas de energias, ou seja, há faculdade, ou necessidade, de explorar o gás natural, carvão natural (vegetal), carvão mineral, petróleo e outros minerais, como o xisto betuminoso, por exemplo, no qual o Brasil é o 10º país do mundo com maior reserva. O Brasil é dono de extensa área litorânea para captação de energia das marés, bons ventos para a captação eólica, diversidade climática, grandes bacias hidrográficas, correntezas, tendo, assim, a possibilidade de usufruir de energias renováveis, portanto mais sustentáveis, fugindo das energias contaminantes, embora haja usinas de enriquecimento de urânio, e, por conseguinte, produzir energia nuclear.

Os diferentes aspectos da evolução demográfica e seus efeitos sociais e econômicos possuem grande importância para explicar o consumo de energia. Aumenta a população, crescem o consumo de energia elétrica, o número de automóveis circulando nas cidades, a quantidade de telefones celulares, a exploração e a necessidade de se produzir mais energia para manter tudo isso. Assim, para evitar o desgaste e o colapso do planeta, há que se buscar meios de produção alternativa de energia, a fim de se atender a demanda, garantir o desenvolvimento e assegurar a efetivação dos direitos humanos.

De acordo com o que disse Antony Giddens, o enfrentamento da mudança climática é um processo de grande complexidade e sua análise precisa ser feita no contexto dos processos decisórios da economia, da política e da geopolítica mundiais (p. 7, 2010).

A sustentabilidade é um conceito sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. Propõe-se a ser um meio de configurar a civilização e as atividades humanas, de tal forma que a sociedade, os seus membros e as suas economias possam preencher as suas necessidades e expressar o seu maior potencial no presente, e, ao mesmo tempo, preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, planejando e agindo de forma a atingir pró-eficiência na manutenção indefinida desses ideais.

A sustentabilidade abrange vários níveis de organização, desde a vizinhança local até uma perspectiva global, ou seja, do planeta inteiro e é por isso que devem existir políticas tanto regionais, elaboradas justamente para determinada comunidade, levando em conta seus aspectos singulares, ao mesmo tempo em que devem existir políticas e acordos internacionais que visem a preservação do ambiente terrestre através de novos paradigmas, com o fim de proteger a vida humana, e efetivar os direitos dos cidadãos, da sua dignidade e o acesso ao espaço público de qualidade.





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Seminário de Iniciação Científica

Com esta perspectiva, e entendendo a energia como a mola propulsora do crescimento de uma sociedade, há que se buscar as formas de produzir e utilizar a energia a fim de assegurar desenvolvimento econômico e social, com sustentabilidade. Entende-se que tais questões - crescimento econômico, sociedade evoluída e preservação ambiental, são direitos do cidadão. Assim necessário se faz discutir a viabilização da garantia desses direitos, bem como, da democratização do acesso aos mesmos, devendo ser levado em conta tudo o que a contemporaneidade tem a oferecer para uma maior qualidade de vida dos homens e mulheres deste tempo.

Ainda, é necessária a transformação da conceituação do direito à propriedade frente aos direitos difusos, possibilitando que um maior número de pessoas possa ter acesso a usufruir dos bens, não só individuais e de consumo, mas, também, os bens culturais e característicos de cada povo.

É nesse sentido, que lecionam Gonçalves, Knorst e Paulo Weschenfelder (2011, p. 112). Para eles, a partir da concepção de propriedade como o direito de desfrutar e dispor livremente de seus bens, destacam-se dois aspectos que daí decorrem: o individualismo e o tipo de Estado. Assim, a propriedade privada é um direito individualista. Não há preocupação ambiental nem social. O Estado é expressão da vontade dos proprietários. A propriedade é expressão de vontade. Por conseguinte, quem não tem propriedade, não tem vontade e, por isso, não participa.

Veja-se que se traz à baila a questão da participação cidadã, ou seja, da democracia, e, daí, naturalmente, o acesso ao espaço público de qualidade e sustentável.

Conclusões

Conclui-se que há grandes dificuldades para encontrar um equilíbrio entre a exploração dos recursos naturais e a produção de energias, sem afetar o meio ambiente, nem desgastar todos os recursos existentes para as próximas gerações, pensando, ainda, a distribuição das condições de vida. Para isso, é preciso repensar o presente modelo econômico-social, como forma de alcançar a qualidade de vida por outros meios, que não o do consumo exacerbado, que faz milhões de vítimas pelo mundo. Não há como alcançar um modelo sustentável e democrático, se não houver redução na exploração dos recursos energéticos e naturais.

Por fim, ressaltamos a importância nas pesquisas e investimentos para a produção e uso de energias alternativas, tendo em vista que as mesmas trazem a esperança de assegurar-se desenvolvimento social e econômico do planeta e, assim, garantir sua sustentabilidade.

Palavras-chave

Consumo; Energia; Meio Ambiente; Sustentabilidade; Políticas Sociais;

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC-Unijuí pelo incentivo, financiamento e apoio necessário para a produção da presente pesquisa.

Referências





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Seminário de Iniciação Científica

G1. Brasil tem 193.946.886 habitantes, aponta estimativa do IBGE. São Paulo, 2012. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/brasil-tem-193946886-habitantes-aponta-estimativa-do-ibge.html>.

GONÇALVES, Daniel Guedes, KNORST, Douglas Evandro, WESCHENFELDER, Paulo Natalicio. Racionalidade capitalista versus racionalidade ambientalista. Direito em Debate – Revista do departamento de ciências jurídicas e sociais da Unijuí, 2011.

GIDDENS, Anthony. A política da mudança climática. Editora Jorge Zahar. 2010.